



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

RETIFICAÇÃO

Neste ato, retifico o erro material quanto a numeração sequencial da Ata de Registro de Preços (4678663) decorrente do Pregão Eletrônico n. 11/2017, de forma a alterar o "**N. 11/2017**" por "**N. 14/2017**".

Considerando que não houve alterações ou inclusões quanto as especificações e preços dos materiais e as cláusulas obrigacionais entre as partes, é dispensável a submissão ao Ordenador de Despesas, de forma que este ato acompanhará a referida Ata de Registro de Preços para todos os efeitos, inclusive para publicação e disponibilização no sítio deste órgão.

ALEX CORREA DE LELES
Assistente IV da SELIT/RO



Documento assinado eletronicamente por **Alex Correa de Leles, Analista Judiciário**, em 01/09/2017, às 15:34 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltarf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **4695442** e o código CRC **C18A067B**.

Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - www.trf1.jus.br/sjro/

0002247-13.2017.4.01.8012

4695442v2



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - SJRO-SELIT**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 11/2017****PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0002247-13.2017.4.01.8012 – SJRO****PREGÃO ELETRÔNICO N. 11/2017****VALIDADE: 01/09/2017 a 31/08/2018**

A **UNIÃO**, por intermédio da Justiça Federal de 1ª Instância – **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, inscrita no CNPJ n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, n. 2.203, Baixa da União, Porto Velho, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, Waldirney Guimarães de Rezende, através da Portaria de Delegação n. 216/2017, considerando o resultado homologado do pregão eletrônico supracitado, observadas as disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, do Decreto n. 5.450/2005, no Decreto n. 7.892/2013, na Lei Complementar n. 123/2006, no Decreto n. 8.538/2015 e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666/1993, no edital do Pregão Eletrônico e no Processo Administrativo em referência, **RESOLVE** registrar os preços de **compressores de ar condicionados centrais**, para eventual aquisição, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Ata de Registro de Preços tem como objeto eventual aquisição de **Compressores de 10,41 e 15,41 TR para Centrais de Ar Condicionado** que serão utilizados para reposição de peças queimadas nas Centrais de Ar Condicionado instalados na sede Seção Judiciária de Rondônia, conforme especificações, preços e quantidades previstos na cláusula quinta, pelo fornecedor elencado na cláusula segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORNECEDOR

2.1. Os materiais, se e quando adquiridos nos termos desta Ata de Registro de Preços, serão comprados dos seguintes fornecedores:

FORNECEDOR

Empresa: **DJR DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA EPP**. CNPJ n. 22.509.165/0001-26. Endereço: Rua Roney Henrique Heiderscheidt, n. 25, bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC, CEP: 88.133-515. Telefones: (48) 3298-0485 / 0495. E-mail: adm@qualipecassc.com.br.

Representante legal: DANIEL JANERI. CPF: 805.335.239-15. Cargo/função: Administrador

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

3.1.1. As quantidades registradas são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se à Administração o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item especificado.

CLÁUSULA QUARTA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal que não tenha participado do certame licitatório, desde que:

- a) não prejudique o fornecimento ao órgão gerenciador;
- b) haja concordância da Seção Judiciária do Estado de Rondônia e do respectivo fornecedor; e
- c) seja respeitada a legislação respectiva.

4.2. Em nenhuma hipótese o quantitativo decorrente das adesões às atas de registro de preços poderá exceder a 100% (cem por cento) por órgão aderente ou, na totalidade, a 500% (quinhentos por cento) do quantitativo de cada item registrado, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.3. Conforme Acórdão Nº 1968/2015 - TCU - Plenário, o valor de todas as contratações, por item, aí incluídas tanto as realizadas pelos patrocinadores da ata quanto as promovidas pelos aderentes deverá observar o limite máximo de R\$ 80.000,00 para o somatório, haja vista este Pregão Eletrônico ser destinado à contratação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte conforme limite estabelecido no art. 47, I da Lei Complementar n. 123/2006;

4.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após o encerramento de sua vigência, esta Ata de Registro de Preços permanecerá em vigor para as contratações firmadas durante sua vigência nominal, exceto para realizar-se novas contratações.

CLÁUSULA QUINTA: DO MATERIAL – ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS

ITEM	PRODUTOS	QUANT. TOTAL	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Compressor Scroll Performer, de 15,41 TR – 380 V – 60 Hz - Trifásico – Hermético, Modelo SM185S9CC , para uso na Central de Ar Condicionado marca Hitachi, modelo RAP 400B7S. Marca/Modelo: Scroll / SM185-9CAM	02	8.059,00	16.118,00
02	Compressor Maneroup de 10,41 TR – 380 V – 60 Hz – Trifásico – Hermético - Gás R22. modelo MT125HU4DVE . A marca da central de ar é SSTARCO , modelo SRR 40.40.4H, rotação do ventilador 860 RPM. Marca/Modelo: Scroll / MT125-9VI	02	6.200,00	12.400,00
VALOR TOTAL R\$				28.518,00

5.1. Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias.

5.2. Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

5.3. As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

5.4. O período de garantia será contado a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Serviços Gerais. O prazo de garantia não poderá ser inferiores a 12 (doze) meses.

5.5. É expressamente vedada a subcontratação para a execução do objeto deste contrato.

5.6. Na hipótese de bens importados, a cada aquisição será obrigatória a comprovação da origem do item adquirido e da quitação dos tributos de importação a eles referentes. (Decreto n. 7.174/2010, artigo 3º, inciso III).

CLÁUSULA SEXTA: DA ENTREGA

6.1. Os materiais devem ser entregues na Seção de Serviços Gerais, na sede da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, localizada na Avenida Presidente Dutra, 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902, de segunda-feira a sexta-feira das 08h às 18h.

6.2. O prazo de entrega será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

6.3. Todas as despesas de frete e de entrega correrão por conta da contratada.

6.4. O fornecedor e seus agentes deverão se apresentar munidos de documento de identidade e trajando roupas compatíveis com a

sobriedade da órgão (não permitidos shorts, microsaías, camisetas sem manga, chinelos, transparências, etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA

7.1. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços caberão aos supervisores da Seção de Serviços Gerais, ou quem suas vezes fizerem.

CLÁUSULA OITAVA: DA CONTRATAÇÃO

8.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o fornecedor, conforme a cláusula segunda, poderá ser convidado a fornecer os bens a si adjudicados, no todo ou em parte, mediante emissão de nota de empenho e requisição de material pela Administração, observadas as condições fixadas neste instrumento e nas determinações contidas na legislação pertinente.

8.2. A contratação será sempre representada por Nota de Empenho, na forma do art. 62, “caput”, e §4º, da Lei n. 8.666/93, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento desta pela empresa, o que poderá ser realizado por *e-mail*.

8.3. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a compromissária da Ata de Registro de Preços deverá comprovar, no ato de sua emissão, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

8.4. Aplica-se às contratações de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

CLÁUSULA NONA: DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

9.1. O fornecedor deverá proceder à entrega dos materiais objeto da presente Ata de Registro de Preços na quantidade solicitada pela Administração, respeitado o limite máximo de 100%, e no prazo máximo estipulado na cláusula sexta, o qual será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da Nota de Empenho.

9.2. A entrega da Nota de Empenho e outras comunicações poderão ser feitas por fax ou e-mail, através dos respectivos número e endereço fornecidos pela empresa detentora do registro de preços, sendo de sua responsabilidade manter atualizados os dados perante o órgão gerenciador.

9.3. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pela Seção de Serviços Gerais - SESEG, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

9.4. Não serão recebidos materiais com marca diversa da apresentada na proposta da CONTRATADA no certame.

9.5. Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será realizado o RECEBIMENTO DEFINITIVO, com ateste na Nota Fiscal Eletrônica pelo Supervisor da Seção de Serviços Gerais - SESEG, caso os materiais entregues estejam em conformidade com as especificações contidas no edital da licitação e na proposta da CONTRATADA.

9.6. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias corridos, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material encaminhado pela CONTRATADA em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

9.7. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material;

9.8. O material, quando do fornecimento, deverá estar em perfeito estado, sem manchas, amassados, riscos ou arranhados, não apresentando quaisquer danos ou alterações.

9.9. Será de responsabilidade do fornecedor o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata de Registro de Preços ou a terceiros, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento das obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente do fornecedor, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo Gestor da Ata de Registro de Preços.

10.2. O recebimento e a aceitação dos materiais serão atestados pelos gestores da Ata de Registro de Preços, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

10.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente

em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data prevista limite para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

a) Entende-se como data de efetivação do pagamento, a data de recebimento da Relação de Ordens Bancárias Externas (RE) correspondente ao pagamento, pelo Banco do Brasil S.A.

b) O prazo para pagamento ficará interrompido enquanto houver pendências de responsabilidade da CONTRATADO.

10.4. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

a) descrição do material entregue, com sua quantidade, valor unitário e total;

b) o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;

c) nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e

d) informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1244/12.

10.5. Caso haja erro na Nota Fiscal, recusa do produto ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a referida ficará pendente e o pagamento será susgado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias.

10.6. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

10.7. Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

10.8. A CONTRATANTE não acatará cobranças por meio de duplicatas ou quaisquer outros títulos, feitas através de bancos ou outras instituições do gênero.

10.9. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses previstas no Decreto n. 7.892/2013. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços, exceto as alterações de redução de preço registrado, as quais poderão ser efetuadas por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta cláusula, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, arts. 86 e 87, e na Lei n. 10.520/02, art. 7º, o fornecedor contratado em decorrência da presente Ata e respectivo pregão, que incidir em:

a) recusa em aceitar o contrato;

b) atraso na execução do contrato;

c) inexecução parcial ou total do contrato;

d) falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato.

e) não manter, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

12.2. Recusa em aceitar o contrato é a recusa em receber a nota de empenho. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser empenhado e impedimento licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

12.3. Atraso na execução do contrato relativo à entrega de material. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

12.4. Atraso na execução do contrato relativo os demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento.

Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor empenhado, por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias corridos, ou 3% (três por cento) do valor empenhado, por ocorrência, por descumprimento.

12.5. Inexecução total do contrato pela não entrega de material, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do material não entregue e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

12.6. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, ou da aplicação das demais sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993.

12.7. A não manutenção, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça. Pena: multa de 5% (cinco por cento) do valor dos bens que deveriam ser empenhados ou daqueles já empenhados, conforme o caso.

12.8. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

12.9. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela contratante, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a CONTRATANTE descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

12.10. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

12.11. O valor total das multas aplicadas na vigência de cada contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total registrado.

12.12. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 17 do Decreto n.º 7.892/2013, de forma que a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

13.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

13.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

13.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

13.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

13.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13.5. O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) descumprir as condições na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

13.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens "a", "b" e "d" do item 13.5 será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, podendo ensejar à compromissária a aplicação das penalidades estabelecidas neste edital.

13.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados, nos casos de razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

13.8. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico, bem como as propostas dos fornecedores com preços adjudicados.

14.2. Esta Ata de Registro de Preços será publicada na íntegra no sítio <http://portal.trf1.jus.br/sjro/transparencia/licitacoes/licitacoes.htm>, e em forma de extrato no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

14.3. As questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Porto Velho/RO, Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

14.4. A presente Ata de Registro de Preços vai assinada, por meio digital, pelo Diretor da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária do Estado de Rondônia e pelo representante do fornecedor.

WALDIRNEY GUIMARÃES DE REZENDE
Diretor da Secretaria Administrativa

DANIEL JANERI
Administrador da Empresa

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 11/2017

CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

Considerando o item 11.3 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2017, segue abaixo a lista das licitantes participantes e não desclassificadas que manifestaram interesse e aceitaram cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora, para o(s) item(ns) desta Ata de Registro de Preços, na sequência da classificação do certame, nos termos do artigo 11, inciso II, do Decreto n. 7.892/2013.

ITEM	DESCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
NÃO HOUVE INTERESSADOS.			

O presente registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata ou quando do cancelamento da Ata de Registro de Preços pelos motivos previstos no edital ou no instrumento de registro, podendo a Administração convocar os licitantes segundo a ordem de classificação prevista neste anexo para a assinatura de novo compromisso.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Janeri, Usuário Externo**, em 31/08/2017, às 15:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Waldirney Guimaraes de Rezende, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 01/09/2017, às 14:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **4678663** e o código CRC **9334D59F**.

Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - www.trf1.jus.br/sjro/

0002247-13.2017.4.01.8012

4678663v6

**SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PIAUÍ
DIRETORIA DO FORO****AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2017 UASG 090005**

Processo: 30491420174018011. Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição e instalação de PABX IP, incluindo gateway FXS (FXS para faxes), conexão por tronco digital E1 e Telefones IP para a sede da Justiça Federal de Primeiro Grau Seção Judiciária do Piauí, em Teresina, conforme especificações e condições constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 04/09/2017 de 08h00 às 15h00. Endereço: Avenida Miguel Rosa, Nº. 7315 - Bairro: Redenção. TERESINA - PI ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/090005-05-16-2017. Entrega das Propostas: a partir de 04/09/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/09/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponíveis nos sites: www.jfpi.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br

(SIDECA - 01/09/2017) 090005-00001-2017NE000067

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2017 UASG 090005

Processo: 30518120174018011. Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de material permanente (móveis) para a Justiça Federal de Primeiro Grau Subseção Judiciária de Parnaíba/PI, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 04/09/2017 de 08h00 às 15h00. Endereço: Avenida Miguel Rosa, Nº. 7315 - Bairro: Redenção. TERESINA - PI ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/090005-05-17-2017. Entrega das Propostas: a partir de 04/09/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/09/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível nos sites: www.jfpi.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br

ROBERTA DA SILVA FREIRE
Pregoeira

(SIDECA - 01/09/2017) 090005-00001-2017NE000067

**SEÇÃO JUDICIÁRIA EM RONDÔNIA
DIRETORIA DO FORO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA****EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 28/2013. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado de Rondônia. CONTRATADA: Nakuxe Zaru Mendes da Rocha - ME. CNPJ: 00.869.194/0001-66. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, para o período de 06/09/2017 à 05/09/2018. BASE LEGAL: Artigo 57, II, da Lei n. 8.666/1993. PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0000571-98.2015.4.01.8012. DATA DE ASSINATURA: 01/09/2017. Assinado pelo Diretor da SECAD, por delegação, Sr. Waldirney Guimarães de Rezende, pela contratante, e Sr. Nakuxe Zaru Mendes da Rocha, pela contratada.

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 29/2013. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado de Rondônia. CONTRATADA: Iracema Corrêa do Amaral Ribeiro. CPF: 458.792.737-68. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, para o período de 09/09/2017 à 08/09/2018. BASE LEGAL: Cláusula VI do Contrato, e artigo 57, II, da Lei n. 8.666/1993. PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0000754-69.2015.4.01.8012. DATA DE ASSINATURA: 01/09/2017. Assinado pelo Diretor da SECAD, por delegação, Sr. Waldirney Guimarães de Rezende, pela contratante, e Sra. Iracema Corrêa do Amaral Ribeiro, pela contratada.

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A União, por intermédio da Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária de Rondônia, CNPJ: 05.429.264/0001-89, na forma do art. 11 do Decreto n. 7.892/2013, decide registrar a seguinte Ata de Registro de Preços (ARP), cuja íntegra está publicada em www.jfro.jus.br link transparência:

PROCESSO SEI: 0002247-13.2017.4.01.8012. PREGÃO ELETRÔNICO: 11/2017. OBJETO: Aquisição de Compressores de 10,41 e 15,41 TR para Centrais de Ar Condicionado que serão utilizados para reposição de peças queimadas nas Centrais de Ar Condicionado instalados na sede Seção Judiciária de Rondônia.

ARP n. 14/2017. VIGÊNCIA DA ATA: 01.09.2017 à 31.08.2018. FORNECEDOR: DJR Distribuição e Comércio de Peças LTDA EPP. CNPJ: 22.509.165/0001-26. VALOR GLOBAL TOTAL: R\$ 28.518,00.

WALDIRNEY GUIMARÃES DE REZENDE
Diretor da Secretaria Administrativa

**SEÇÃO JUDICIÁRIA EM TOCANTINS
DIRETORIA DO FORO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA****EXTRATO DE PERMISSÃO**

ESPÉCIE: 1º Termo de Permissão de Uso nº 01/2017. PAE-SEI: 1756-68.2015.4.01.8014-JFTO. PERMITENTE: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Tocantins. PERMISSÃO: Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Tocantins, CNPJ/MF 25.086.752/0001-48. OBJETO: Permissão de funcionamento de uma Sala do advogado da OAB/TO. FUNDAMENTO LEGAL: art. 116 da Lei n. 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 31/08/2017. SIGNATÁRIOS: Gabriel Brum Teixeira, Juiz Federal Diretor do Foro - pela Permitente, e Walter Ohofugi Júnior, Representante Legal - pela Permissionária.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo ao Contrato 11/2015. Pae-Sei: 2169-81.2015.4.01.8014. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Tocantins. CONTRATADA: Ipanema Segurança Ltda, CNPJ nº 03.601.036/0003-80. OBJETO: Acréscimo de dois postos de vigilância. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "b" e §1º da Lei nº 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 30/09/2017. SIGNATÁRIOS: Ricardo Antonio Nogueira Pereira, Diretor da Secretaria Administrativa - pela Contratante e Sílvia Carvalho de Araújo - pela Contratada.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato 09/2016. PAe 0981-53.2015.4.01.8014. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Tocantins. CONTRATADA: P de A Silva - ME, CNPJ nº 19.644.643/0001-04. OBJETO: Prorrogação da vigência contratual. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, Inc. II da Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 22/08/2017. VIGÊNCIA: 27/09/2017 a 26/09/2018. SIGNATÁRIOS: Ricardo Antonio Nogueira Pereira, Diretor da Secretaria Administrativa - pela Contratante e Patrício de Assis Silva, Sócio-Administrador - pela Contratada.

ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Contrato 13/2014. PROC.: 319-55.2016.4.01.8014. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Tocantins. CONTRATADA: Soltegn Norte Ltda ME, CNPJ/MF 02.615.099/0001-61. OBJETO: Alteração do valor e da vigência do contrato nº 13/2014. VIGÊNCIA: 25/09/2017 a 24/09/2018. FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, inc. II da Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 22/08/2017. SIGNATÁRIOS: Ricardo Antonio Nogueira Pereira, Diretor da Secretaria Administrativa - pela Contratante e Kelley Borges de Araújo, Representante Legal - pela Contratada.

2ª REGIÃO**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2017 UASG 090016**

Processo: RJ-EOF2016/323. Objeto: Contratação de empresa no ramo de engenharia para, sob o regime de empreitada por preço unitário, o fornecimento, a instalação e a manutenção de 01 (uma) plataforma para acessibilidade de pessoas com necessidades especiais PNE na Casa 1 da Subseção Judiciária de Petrópolis da Justiça Federal de Primeiro Grau, localizada na Avenida Koeller 167, Centro, Petrópolis, RJ e a prestação de manutenção preventiva e corretiva, decorrente da garantia, conforme Anexo I (Termo de Referência). Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 04/09/2017 de 11h00 às 17h00. Endereço: Av. Almirante Barroso, 78, 11º Andar Centro - RIO DE JANEIRO - RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/090016-05-99-2017. Entrega das Propostas: a partir de 04/09/2017 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/09/2017 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

VICTOR TERRA DE MENEZES

Supervisor da Seção de Apoio a Licitações

(SIDECA - 01/09/2017) 090016-00001-2017NE000075

**DIRETORIA DO FORO
SECRETARIA-GERAL
SUBSECRETARIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO****EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Contrato nº 25/2017, firmado em 23/08/2017 com CLARO S/A.; Objeto: Prestação de serviço STFC, na modalidade Longa Distancia Nacional e Internacional, nas localidades elencadas no Anexo A do Termo de Referência do Edital do Pregão; Amparo: Leis: 8.666/93, 10.520/02 e 12.846/13; LC 123/06; Decretos 3.555/00 e 5.450/05; P.T.: 02.061.0569.4257.0001; Elemento de Despesa: 3.3.90.39; Valor: R\$ 214.987,68; Empenho: 2017NE000724; Signatários: Dra. Helena Elias Pinto - Diretora do Foro, pela Contratante - e a Sra. Kildare Carneiro Rodrigues, pela Contratada.

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHO

Contratada: Jasinstell Comercio Ltda - Epp; PROC: EOF-2016/00184.02; OBJ: aquisição de material de consumo de telecomunicações; TL: pregão; PT: 02061056942570001; ED: 339030; NE: 2017NE800135; data: 30/08/2017; valor: R\$ 1.980,00

Contratada: Refrigeracao Flora Ltda -Epp; PROC: EOF2016/00185.03; OBJ: aquisição de material de refrigeração; TL: pregão; PT: 02061056942570001; ED: 339030; NE: 2017NE800136; data: 31/08/2017; valor: R\$ 7.285,98

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: 7º Aditivo ao Contrato nº 51/2014, firmado em 28/08/2017 com LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA; Objeto: Adequação de valores contratuais, repactuação e alteração de benefício social; Amparo: Leis: 8.666/93, 10.520/02 e 12.846/13; LC 123/06; Decretos 3.555/00 e 5.450/05 Processo: RJ-EOF-2014/487; Valor: R\$ 528.088,57. Signatários: Dra. Helena Elias Pinto - Diretora do Foro, pela Contratante - e o Sr. William Lopes de Aguiar, pela Contratada.

Espécie: 1º Aditivo ao Contrato nº 25/2016, firmado em 31/08/2017 com TELEFÔNICA BRASIL S/A; Objeto: prorrogação da vigência do contrato por 12 (doze) meses; Amparo: Art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações; Processo: RJ-EOF-2016/162; Valor: R\$ 2.634,00; Empenho: 2017NE000267. Signatários: Dra. Helena Elias Pinto - Diretora do Foro, pela Contratante - e os Srs. Carlos Alberto Carneiro Bergamo e Alexandre Barreto da Gama Freitas, pela Contratada.

Espécie: 1º Aditivo ao Contrato nº 37/2016, firmado em 29/08/2017 com TELEMAR NORTE LESTE S/A; Objeto: alteração de endereço Subseção Judiciária de Itaperuna, a partir de 01/06/2017; Amparo: Leis: 8.666/93, 10.520/02 e 12.846/13; LC 123/06; Decretos 3.555/00 e 5.450/05 Processo: RJ-EOF-2016/163; Signatários: Dra. Helena Elias Pinto - Diretora do Foro, pela Contratante - e a Sra. Michele Fernandes Borges, pela Contratada.

**3ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO
DIRETORIA DO FORO****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2017**

Torno público que a Diretoria do Foro homologou o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 052/2017, cujo objeto foi adjudicado a empresa Construstell Comércio e Construções Ltda - ME.

São Paulo-SP, 1º de setembro de 2017.
RENATO LADWIG DOS SANTOS
Pregoeiro

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2017**

Processo n. 0056894-34.2017.4.03.8001. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de 03 (três) portas de aço de enrolar, automatizadas, a serem instaladas na entrada da garagem do Juizado Especial Federal de São Paulo. Recebimento das Propostas: até 20/09/2017, às 11h45, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br. Abertura das Propostas: 20/09/2017, às 11h45.

GRETA AOKI
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2017-RP

Processo n. 0056847-60.2017.4.03.8001. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de placas comemorativas, sem instalação, bem como confecção e fornecimento de brasões da República e letras tipo "caixa" em latão, abrangendo serviços de instalação e retirada. Recebimento das Propostas: até 20/09/2017, às 11h00, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br. Abertura das Propostas: 20/09/2017, às 11h00.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2017

Processo n. 0055599-59.2017.4.03.8001. Objeto: Contratação de empresa para execução de serviço de automatização da porta de vidro da entrada do Fórum Federal de Jaú. Recebimento das Propostas: até 20/09/2017, às 12h30, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br. Abertura das Propostas: 20/09/2017, às 12h30.

FLORISVALDO DOS SANTOS
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2017

Processo n. 0059057-84.2017.4.03.8001. Objeto: Contratação de empresa para retirada da comporta existente e fornecimento e instalação de 1 (uma) nova comporta para o portão do estacionamento do Fórum Federal de São Bernardo do Campo. Recebimento das Propostas: até 20/09/2017, às 14h30, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br. Abertura das Propostas: 20/09/2017, às 14h30.

Obtenção dos editais: a partir de 04/09/2017, às 14h00, nos endereços eletrônicos www.licitacoes-e.com.br e www.trf3.jus.br (Página de Licitações/Contas Púb. Licitações - Pregão Eletrônico JFSP) ou na Seção de Licitações da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo, situada na Rua Peixoto Gomide nº 768 - 8º andar. Informações através dos telefones: (11) 2172-6378/6379/6380 das 09h00 às 19h00.

São Paulo-SP, 1º de setembro de 2017.
RENATO LADWIG DOS SANTOS
Pregoeiro

**4ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2017 UASG 090019**

Processo: 27577220174048002. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para readequação do espaço físico/layout de alas do prédio sede da Seção Judiciária de Santa Catarina, com fornecimento de materiais, para instalação da 1ª Turma Regional Suplementar de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital e em seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 04/09/2017 de 13h00 às 17h59. Endereço: Rua Paschoal Apostolo Pitsica n 4810 Agronomica FLORIANOPOLIS - SC ou www.comprasgovernamentais.gov.br